

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRÁXIS DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATO-GROSSENSE**

Maria Auxiliadora de Almeida\*

maria.almeida@cfs.ifmt.edu.br

Carolina Joana da Silva\*\*

ecopanta@terra.com.br

### **RESUMO**

As comunidades tradicionais que vivem no Pantanal Mato-grossense, ao longo do tempo, elaboraram um profundo conhecimento sobre a natureza, combinando formas materiais e simbólicas nas estratégias de ocupação e manejo do território, que lhes garantiu até os dias atuais, a reprodução de seu sistema social e cultural. Para saber como a comunidade da Barra de São Lourenço, situada no entorno do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, interage com o ambiente, bem como a práxis resultante das mesmas relações, foram feitas entrevistas semiestruturadas, incluindo o levantamento de dados sociais e econômicos das famílias e observação participante, realizados em 6 idas a campo com duração de 10 dias cada uma, entre agosto de 2009 e setembro de 2010. Na comunidade vivem aproximadamente 77 habitantes e 19 famílias, constituídas de pessoas que nasceram e cresceram na região, no ritmo do ciclo hidrológico do bioma Pantanal orientado pela transmissão de conhecimento. A interação com o ambiente pantaneiro é fortemente marcada por vínculos econômicos, sociais, culturais e espirituais, e pela transmissão oral de conhecimento realizada na informalidade das ações e práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Pantanal. Intereração com o ambiente. Transmissão de conhecimento.

### **1 INTRODUÇÃO**

As comunidades tradicionais que vivem no Pantanal Mato-grossense se estabeleceram nos poucos espaços a elas disponíveis, por meio de deslocamentos locais, espontâneos ou induzidos e pela transmissão oral de conhecimento tradicional de estratégias de ocupação e manejo do território dominado pelas águas. Oficialmente as populações tradicionais foram reconhecidas no Brasil pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que fortalece os seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Diegues (2000; 2004), afirma que em geral essas comunidades possuem um conhecimento tradicional que lhes permitem interagir com a biodiversidade e entendê-la como um ser vivo que tem valor de uso e valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia.

---

\* Mestre em Ciências Ambientais, Instituto Federal de Educação-Confresa/MT.

\*\* Professora Doutora na Universidade do Estado de Mato Grosso-Campus de Cáceres/MT, Centro de Limnologia, Biodiversidade e Etnobiologia (CELBE-Pantanal).

Esse conhecimento permite às comunidades tradicionais do Pantanal desenvolver uma forma particular de se relacionar com o ambiente e manejá-lo (DA SILVA et al 2008). E faz com que a comunidade tenha certa quantidade de conhecimentos ambientais locais acumulados e culturalmente transmitidos ao longo de gerações (BERKES; FOLKE, 1998).

Por essa razão, os conhecimentos tradicionais são contextualizados e expressam um sistema simbólico e cultural. É pertinente esclarecer que a cultura “denota um padrão de significados transmitidos historicamente, de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 103).

Vale lembrar que transmissão de conhecimentos em comunidades tradicionais é a socialização, a revelação oral de certa sabedoria que um indivíduo memorizou e acumulou através de três fontes de informação: “o que lhe disseram” (experiência historicamente acumulada), “o que lhe dizem” (experiência socialmente compartilhada) e “o que observa por si mesmo” (experiência individual). Assim, esse indivíduo transmite às novas gerações uma experiência enriquecida e cada vez mais refinada, adaptada às novas circunstâncias (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Dessa forma, nas comunidades tradicionais as gerações adultas transmitem de maneira informal aos mais novos, conhecimentos, experiências e modos de ação que foi acumulado em decorrência das relações incessantes entre o homem e o meio natural e social. Por isso, qualquer proposta de educação formal ou não-formal nesse local deve buscar acima de tudo “um diálogo com os saberes socialmente construídos na experiência e prática comunitária” (FREIRE, p.33, 1999).

A educação precisa ser compreendida como prática permanente de formação, de conhecimento, de aprendizagem, como práxis, ou seja, prática reflexiva (FREIRE, 1999). Como prática social - resultado da influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social - tendo em vista, potencializar essa atividade humana para torná-la mais eficaz diante da práxis social (LIBÂNEO, 2002). Nesse sentido, a Educação Ambiental (EA) é um processo político de formação de cidadania que garante uma sociedade sustentável. (PHILIPPI JR.; PELICIONI, 2005).

Esse processo ocorre também na modalidade de *educação informal*, que conforme Libâneo (2002) são ações e influências exercidas pelo ambiente sociocultural desenvolvidas por

meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências e práticas.

Para Guarim Neto (2006), revelar o conhecimento acumulado de populações pantaneiras é valorizar informações veiculadas na informalidade das ações do cotidiano que emergem da relação entre os seres humanos e o ambiente. Tais conhecimentos podem ser muito importantes também para os processos de gestão ambiental em áreas protegidas (BERKES; FOLKE, 1998), a exemplo do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (abreviado no decorrer do texto para PARNA Pantanal), onde podem ser implementadas propostas para sua conservação com a plena participação e valorização do conhecimento dos atores locais.

A partir do que foi exposto, com esta pesquisa buscou-se saber como a comunidade da Barra de São Lourenço, situada no entorno do PARNA Pantanal, interage com o ambiente, bem como a práxis resultante das mesmas relações.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para responder ao objetivo proposto foram percorridos caminhos inseridos no método qualitativo. Para Ludke e André (1998), a pesquisa qualitativa permite um contato direto com o contexto, com a situação a ser estudada, com as interações cotidianas e busca na subjetividade dos atores envolvidos (e que são autores) a percepção da realidade. Foram utilizados como instrumentos básicos: entrevista semiestruturada (LUDKE; ANDRÉ, 1998) e Observação Participante (GEERTZ, 1989).

A entrevista semiestruturada deu-se a partir de um esquema básico, todavia, não aplicado rigidamente, permitindo adaptações e utilização de vocabulário adequado.

Compreender uma cultura requer a interpretação de seus símbolos por meio de uma descrição densa das práticas do grupo. Daí a importância da Observação Participante, pois é necessário estar no meio cultural que se pretende estudar, observando, conversando, fazendo um trabalho de campo que consiste em viver com o outro, ver as coisas do ponto de vista dos atores, procurando compreender com eles o sistema de valores, as práticas, pensamentos, sentimentos que constituem o modo de ser, a existência coletiva (GEERTZ, 1989). Assim, a Observação Participante proporcionou o registro do cotidiano da vida social da comunidade.

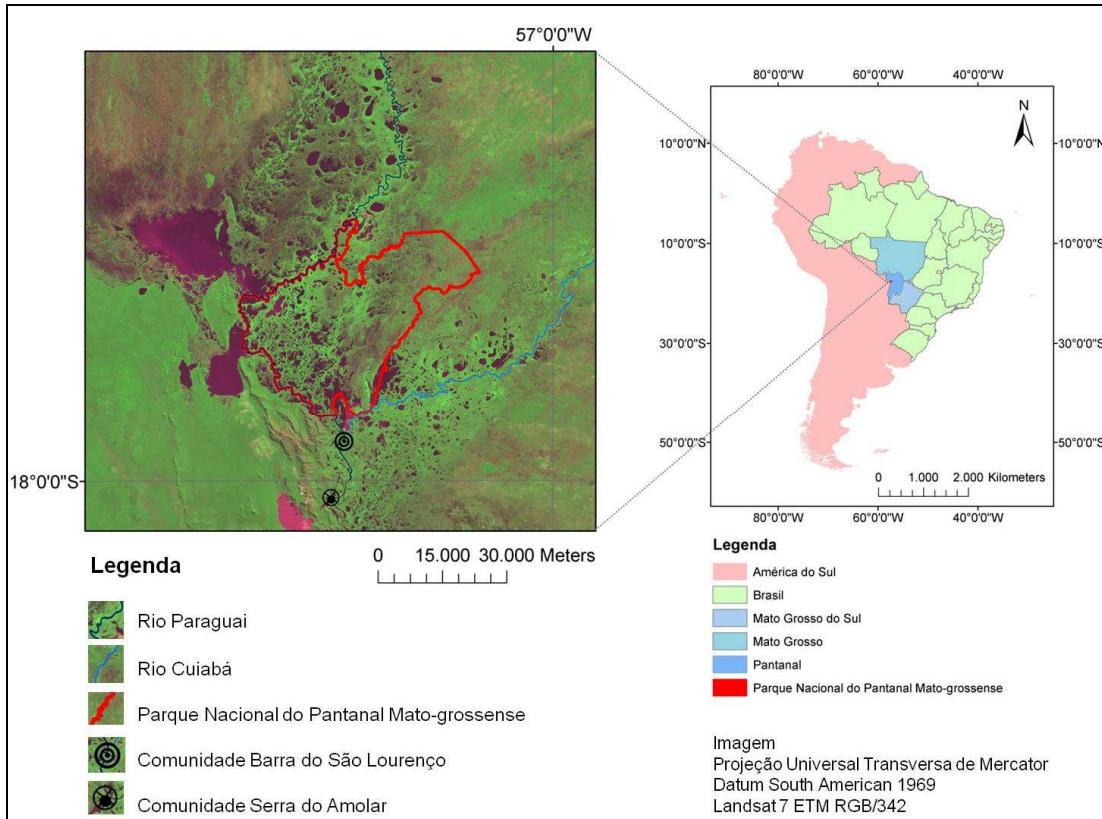
Em suma, o delineamento desta pesquisa deu-se sob o enfoque etnoecológico, sobretudo, porque busca integrar, comparar e validar conhecimentos locais para criar diretrizes que apontem a implementação de propostas de desenvolvimento local sustentável com a plena participação dos atores locais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

## 2.1 ÁREA DE ESTUDO

Pantanal é o nome dado à planície localizada no centro da América do Sul, que contém um dos maiores sistemas contínuos de áreas úmidas e ocupa 140.000 km<sup>2</sup> das planícies inundáveis da Bacia do Alto Rio Paraguai, onde está totalmente inserido (HARRIS et al, 2005). A topografia extremamente plana do Pantanal, operando sobre distâncias de centenas de quilômetros, determina um marcado retardo no escoamento das águas (ADÁMOLI, 2000).

No Pantanal nas coordenadas: 17° 56' 0" latitude Sul e 57° 29' 0" longitude Oeste, medida em frente a escola local, está localizada a comunidade da Barra de São Lourenço, no entorno do PARNA Pantanal, à aproximadamente 10 km ao Sul da área protegida ao longo da margem esquerda dos rios Cuiabá (localmente conhecido como São Lourenço) e Paraguai.

Os limites do PARNA Pantanal estão entre as coordenadas 17° 45' S - 18° 00' S e 57° 20' W - 57° 35' W. Com área de 135.000 ha, perímetro de 260 km está situado no município de Poconé/MT, extremo sudoeste do Estado do Mato Grosso, Pantanal Mato-grossense, numa área fronteiriça entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bolívia (Figura 1).



**Figura 1:** Localização do Parna Pantanal, em Poconé-MT e as comunidades tradicionais pantaneiras Barra de São Lourenço e Amolar situadas em seu entorno. Fonte: ECOPANTANAL.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A COMUNIDADE DA BARRA DE SÃO LOURENÇO: OS MORADORES, O POVO DAS ÁGUAS

*Nós somos reconhecidos como o povo das águas. Nós somos nativos daqui, ribeirinhos, pantaneiros, nós crescemos com a natureza deste lugar, nós cresce com as águas, nós baixa com as águas, porque as águas cresce e nós também tamo em cima das águas, nós faz girar, seca nós dismancha, mas passa... nós sabemos que isso vai passá. A natureza ás vezes vem forte, vem a diquada matano muita coisa, porque é a vez da natureza fazê limpeza. Nós nunca depredamo. A natureza mesmo depreda com a raiva que ela vem a senti alguém mexer com ela. Mas nós nativo daqui, nós nunca destruímos, quando o parque foi construído nós já habitava aqui neste lugá, nossas famílias, nossos pais, nossos avós já habitavam aqui, entendeu? As nossas raízes né, já habitavam qui. Com as enchentes muitos foram embora, mas o que ficou construiu e hoje tem 19 famílias (Moradora, 39 anos).*

Este depoimento mostra que a Comunidade ribeirinha da Barra de São Lourenço é formada por pessoas que vivem durante anos na região e há muitas gerações, numa dinâmica de vida marcada pelo ciclo das águas. “O pulso da enchente e sua consolidação na cheia produzem mudanças significativas nas unidades de paisagem, na dinâmica dos processos ecológicos e biológicos e no modo de vida dos pantaneiros” (DA SILVA e SILVA, 1995).

O depoimento mostra ainda um sentimento comum na comunidade: o reconhecimento de ser um povo ribeirinho e pantaneiro inserido nas águas do Pantanal. Da Silva e Silva (1995) explicam que a população ribeirinha, aquela que vive às margens de rios no Pantanal, é também pantaneira, tanto pela localização geográfica quanto pela percepção que têm do ambiente, uma vez que reconhecem a importância do ritmo das águas na renovação da vida no Pantanal e na preservação de seus ecossistemas.

O modo de vida das Comunidades Tradicionais Pantaneiras marcado pela dinâmica das águas lhes permitiu desenvolver culturalmente formas de manejar o ambiente baseadas no conhecimento ecológico tradicional (DA SILVA, et al. 2008). Para Toledo e Barrera-Bassols (2009), esse conhecimento sobre a natureza é decisivo para o esboço e implantação de estratégias de sobrevivência adquiridas na contínua interação com a natureza, e essa tradição intelectual do ser humano - teoria e ação - passou despercebida até muito recentemente.

Assim, na comunidade da Barra de São Lourenço vivem pessoas que não se consideram dissociados do lugar. A natureza, sob o ponto de vista dos ribeirinhos, é parte integrante do seu cotidiano (SILVA, 2009).

Atualmente, a comunidade tradicional pantaneira da Barra de São Lourenço que se reconhece como “o povo das águas” está situada no entorno do Parnaíba Pantanal, que por sua vez, foi uma das maiores fazendas de gado existentes no Pantanal e onde alguns moradores da comunidade trabalhavam, sendo extinta por conta da cheia ocorrida em 1974 que alagou permanentemente as pastagens.

*O parque era uma fazenda, do Borge. Eu trabalhava lá. Alagou tudo em 74, morreu o gado com a enchente. É a enchente maior que teve, foi em 74, tinha 14.000 boi aí, era tudo seco e alagô tudo, tinha jipe, caminhão, tratô. Lá, tratô ia do porto onde é o parque, ia lá na sede da fazenda. A sede da fazenda era 14 léguas de onde tá o parque, do aterro onde ta o parque (Morador, 59 anos).*

De acordo com Tocantins (2002), a enchente de 1974 modificou o regime hidrológico local, a maior parte das pastagens da fazenda Caracará, do empresário João Borges, ficaram permanentemente submersos e as áreas que ficaram secas após o pulso de inundação foram insuficientes para continuar a criação de gado, que por sua vez utilizavam as pastagens nativas em regime de rotação. Nesse mesmo momento, havia uma crescente preocupação da sociedade com o regime de modificações que o ciclo natural de secas e cheias do Pantanal vinha sofrendo devido às atividades antrópicas. E ainda, iniciava no âmbito científico, um movimento para criar uma unidade de conservação que protegesse uma amostra do ecossistema Pantaneiro. Diante disso, o governo Federal adquiriu a fazenda Caracará e transformou-a numa Unidade de Conservação de Proteção Integral na categoria de Parque Nacional pelo Decreto de Lei nº 86.392.

A comunidade tem uma característica de mobilidade espaço-temporal devido aos alagamentos ocorridos durante a cheia. Por isso, mudam-se definitivamente ou temporariamente para outro lugar da região, mais alto e seco. Assim, um morador pontua:

*Quando enche aqui nós vamos lá pro Aterro do Piuval, aqui mesmo nessa região, porque é uma área mais alta, aí quando a água baixa nós volta pra cá (Morador, 27 anos).*

Portanto, o território (a região) onde vivem é descontínuo. Região é o nome dado pela comunidade às áreas próximas do lugar onde vivem. Nesses lugares viveram processos culturais de construção de pessoa, identidade e regras com seus antepassados e com a família. Portanto, onde se constituíram como autores e atores sociais, formando um conhecimento ecológico tradicional (etnoconhecimento) decorrente da interpretação da inter-relação biótica (homem e outros seres vivos) e abiótica (rio) (CRUZ; RABELO JÚNIOR, 2009).

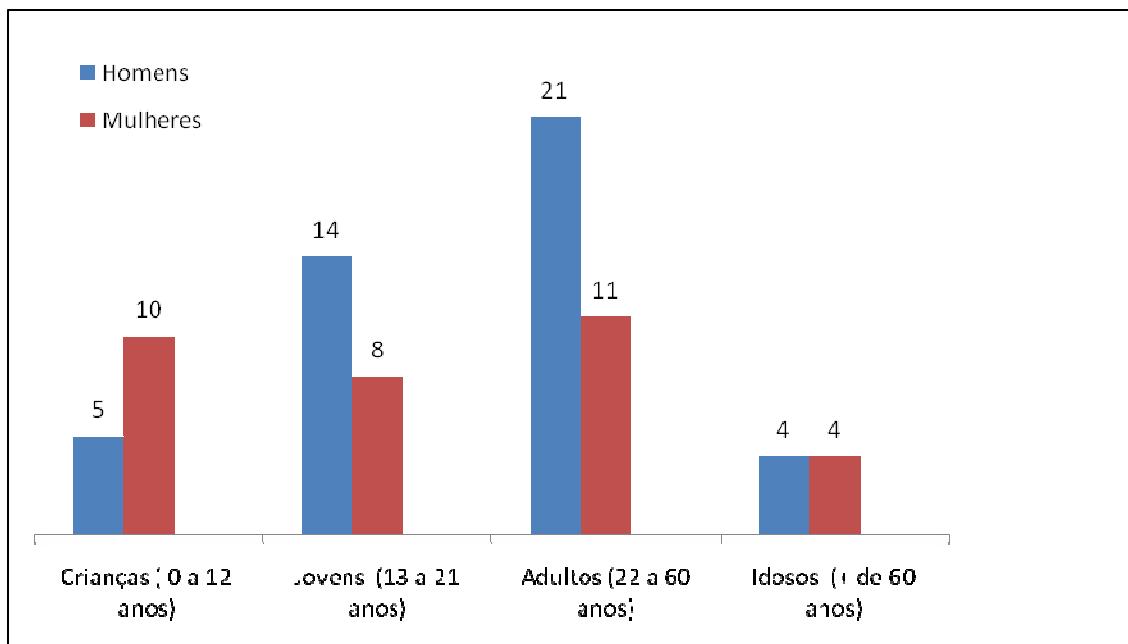
Alguns estudos de Diegues (2004) e Diegues e Arruda (2001) mostram que a gestão de áreas naturais pode estar profundamente ligada à visão de mundo e práticas das comunidades tradicionais, que por conta da forte dependência dos recursos naturais, estrutura simbólica, isolamento e sistemas de manejo desenvolvidos no espaço e tempo podem ser parceiras nos esforços de conservação. Fato evidente no depoimento de uma moradora.

*Nós conhece bico por bico da reserva (PARNA Pantanal), mas nós num pode pescá porque é reserva,(PARNA Pantanal) é bom pra nós porque cria o peixe que depois sai pra nós pegá, né. Nós que ajuda cuidá da reserva, porque se ajudá distruí caba tudo.*

*Então nós tem que ajudá porque é uma coisa que guarda o peixe pra criá, né. Nós vive da pesca, né. Nós tem que cuidá (Moradora, 38 anos).*

Para Colchester (2000) as comunidades locais estão mais próximas da natureza e são motivadas por uma ética da conservação. A longa associação com seus territórios, habitats e um compromisso de aí permanecer no futuro resultou no desenvolvimento de um manejo prudente no presente, bem como de uma forte ligação com o lugar.

A comunidade é habitada por aproximadamente 77 pessoas, sendo 19 famílias vivendo em 18 propriedades. Deste universo, 15 são crianças, 22 são jovens, 32 são adultos e 8 são idosos (Figura 2). É a comunidade mais numerosa no entorno imediato do PARNA Pantanal.



**Figura 2:** População da Comunidade da Barra de São Lourenço: composição por faixa etária com agrupamento da população masculina e feminina.

Vale ressaltar que 41,55% da população encontram-se na faixa etária de 22 a 60 anos, enquanto que 28,57% são jovens. E ainda, 57,15% da população correspondem ao sexo masculino e 42,85% ao sexo feminino.

A comunidade encontra-se inserida na planície de inundação pantaneira sobre um dique marginal, aparentemente de vulnerabilidade física sujeita a erosão. Os diques marginais, ou barrancos, apresentam solos argilosos, do tipo hidromórfico (DA SILVA; SILVA, 1995).

As famílias possuem em média 4 filhos que, em sua maior parte, mora com os pais ou nas proximidades, constituindo assim uma comunidade caracterizada pela parentalha. Das 19 famílias, 31,57% (6) são formadas por jovens entre 18 a 21 anos que nasceram na região.

Os moradores mais antigos da comunidade são dois indígenas remanescentes da etnia Guató, que moram na comunidade há 45 anos, na margem esquerda do Rio Cuiabá, nos limites do Parnaíba Pantanal, com vistas para o morro Caracará e Boa Esperança.

*Morava primeiro pra cima da Baía do Burro, ali pra cima da reserva. Ficamo andano por aqui, por ali, nós cheguemo aqui em 64, aí fixamo aqui, daqui num saímo mas (índio Guató, 65 anos).*

De acordo com Siqueira (2002), os índios foram os habitantes originais do território Mato-grossense, não obstante, durante o processo de colonização tanto português quanto espanhol, ocorreu uma dizimação em massa dos habitantes indígenas. Para Da Silva e Silva (1995), as sociedades indígenas Bororo, Paiaguá, Guató, Guaikuru, e Kayapó habitavam o Pantanal entre os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá e foram perseguidas e guerreadas como se fossem intrusas em seu próprio território.

Segundo Bandeira e Freire (2006), os contatos com as sociedades indígenas foram diversificados, promovendo mudanças culturais profundas, a situação de alteridade entre colonizadores e povos indígenas se conformou na perspectiva de dominação. Os colonizadores, a ferro e fogo, impunham seus valores, seus hábitos e costumes, enfim, sua cultura. A reação à dominação se deu de maneira diferente, mas, de modo geral, os povos indígenas lutaram como e enquanto puderam.

Os moradores da comunidade consideram que a área onde vivem “é da marinha, porque é uma ilha”, ao mesmo tempo, afirmam serem donos do lugar, mesmo não possuindo documento de propriedade da terra. Os moradores mais antigos, além dos Guató afirmam morar na comunidade há mais de 40 anos e vivem na região desde que nasceram.

*Esse lugá é da marinha, é nosso! Minha família é daqui, nós praticamente somos daqui, meus avô, meus pais situaram aqui na Barra, mudamos ali do Rio Velho quando teve a enchente. Quando eu nasci já habitava aqui dona Júlia e Vicentinho, aqueles casais de Guató que tem ali. Eu nasci ali perto das três Boca, muitos daqui nasceram ali também porque minha vó e minha mãe era parteira. Todo mundo trocô de lugar, mas por aqui. Aqui é de tudo os moradô daqui (Moradora, 39 anos).*

No sentido mais literal, o termo “tradicional” implica uma longa residência numa determinada área, o que demanda o direito à autodeterminação determinada pela Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos, pautada no princípio de que o título de propriedade nativa se fundamenta na posse imemorial e independe de ato ou documento (COLCHESTER, 2000). Atualmente, os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais bem como a valorização e reconhecimento da identidade, formas de organização, conhecimentos, práticas e usos tradicionais foram reconhecidas no Brasil pelo Decreto nº 6.040/2007.

Além da moradia e ocupação do território por várias gerações, um dos critérios mais importantes para a definição de populações tradicionais, é o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Esse critério remete à questão da identidade na perspectiva de um constructo de natureza social, relacional e de pertença. É o modo como as pessoas da mesma origem étnica construíram nas suas interações um estilo próprio, com marcas identitárias específicas que os posicionam na vida, de um modo singular, próprio de si mesmos, constituindo-se em sujeitos coletivos (BANDEIRA; FREIRE, 2006).

A maioria das pessoas da comunidade não é escolarizada, aqueles que possuem escolaridade formal estudaram de forma parcial ou total apenas as primeiras séries do ensino fundamental. É importante ressaltar, que aqueles que concluíram a 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries, o fizeram na escola existente na comunidade inaugurada no ano de 2005, reconhecida em Corumbá/MS como: Escola Municipal Rural Polo Porto Esperança – Extensão São Lourenço.

A escola está restrita a uma área de 50 metros totalmente cercada com tela. Atende 36 alunos, tendo como transporte escolar um barco com motor 40 HP, manejado por dois funcionários – um piloteiro e um monitor - de empresa terceirizada. A matrícula é oferecida àqueles que podem estudar do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental nove anos em tempo integral. Na escola há alojamento masculino e feminino para alunos residentes em comunidades distantes. As aulas são ministradas em duas salas multisseriadas, isto é, uma sala para alunos de 1º e 2º ano e outra aos que estudam de 3º ao 6º ano, cada qual com uma pedagoga que por serem de Corumbá/MS, ficam alojadas na escola.

Cabe à escola o dever de não só respeitar o saber de pura experiência, mas também, discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina (FREIRE, 1999). Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes

curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos (FREIRE, 1999, p.34)?

A principal atividade econômica desenvolvida pela comunidade é a coleta de iscas vivas. Algumas famílias obtêm alguma renda na venda de animais criados por eles na propriedade como galinhas e porcos. E ainda, em duas famílias há mulheres que utilizam como forma complementar de renda o extrativismo, enquanto uma coleta frutos do cerrado, tais como: bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), jatobá (*H. stigonocarpa*) e acuri (*Attalea phalerata*) para fazer farinha, a outra colhe arroz nativo (*Oryza latifolia*). Esses produtos são vendidos em eventos de divulgação de alimentos do cerrado em várias cidades do país.

As roças de cada família são feitas para complemento alimentar e atendem a agricultura tradicional num espaço bem pequeno, uns 50 metros de plantio próximos às casas por conta do brejo e lagoa que ficam a 80 metros das moradias. Os alimentos plantados são mandioca, batata-doce, cana, banana, abóbora, melancia, arroz, milho e maxixe além de pequenas hortas onde cultivam couve, pimentão, cebolinha, alho, alface, abobrinha, coentro, pepino, beterraba e tomate. As famílias que conseguem obter uma maior produção de alimentos compartilham com as outras, pois as relações são mantidas com solidariedade.

O lixo produzido algumas vezes é enterrado ou queimado, nunca jogado no rio, os restos de alimentos são transformados em adubo. A dependência e identificação com o rio é total, visto que é o rio que garante o abastecimento humano, lavagem de roupas e utensílios e higiene, no rio está a principal fonte de sobrevivência, ou seja, a coleta de isca e a pesca para subsistência e como atividade econômica. Enfim, é no rio que a vida pública se desenrola e também onde se estabelecem as relações sociais. Pode-se dizer que essa comunidade “aprendeu a dialogar com as águas” (BARROS, 2008).

Nas profundezas do rio vivem entidades míticas. As relações com o sobrenatural existem na comunidade. Nas águas do rio habitam além de peixes, seres, *bichos* encantados, a exemplo da *onça d'água*, *o neguinho d'água*, *cavalo d'água* e *o bicho d'água*. Relatos da presença do bicho d'água também foram encontrados por Da Silva e Silva (1995) em pesquisa no Pantanal Mato-grossense. Segundo as autoras o sobrenatural é um mecanismo tradicional de regulação e equilíbrio da pescaria no Pantanal. Consequentemente, impõe certo respeito de ajuste ecológico entre a cultura e o meio ambiente (CRUZ; RABELO JÚNIOR, 2009).

O encantamento da paisagem deve ser visto como um tipo de resultado da relação homem-natureza e como uma construção mental assentada em um processo peculiar e único, ligado em essência à criação e à manutenção de matérias míticas e simbólicas, desencadeado pelos próprios elementos naturais (LEITE, 2003). Ainda conforme o autor, de forma geral o Pantanal, como espaço e território, tem se prestado ao longo do tempo a inúmeras construções simbólicas. Essa relação mítica entre o homem-natureza é percebida nos seguintes relatos:

*A onça d'água que encanta, ela é igual essa do seco, só que ela some, perfunda na água, vive no rio. Ela pega a gente, gosta de praia e aparece quando a lua clareia e quando chove (Morador, 16 anos).*

*Tem o bicho d'água. Ele faz rebojo onde joga vidro, toca no rio, ele destrói o lugar. Ele tem uma serra nas costa e vira barco quando fica revoltado. Ele fica nervoso com barulho (Morador, 63 anos).*

*No tempo que nós jogava rede, eu e meu irmão pescano, quando jogou a rede pegamo um cavalo, ele levou com tudo, levou a rede, levou tudo o peixe embora, ficamo sem nada (Morador, 53 anos).*

É com esse sistema de representação que as populações tradicionais agem sobre o meio natural, que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo, nesse imaginário os rios estão repletos de entes mágicos que castigam os que os destroem (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Situação constatada no relato de uma moradora da comunidade.

*Eu vi o neguinho d'água, o cavalo d'água, a onça d'água, não foi por disque. Eles num existe mais, eles existiam quando tudo isso aqui era silêncio, existia, quando isso aqui era um pântano, casinha de palha, barro. O aspecto do ar mudou. Aumentou o barco, aumentou a velocidade, tudo isso aí perturba, você mergulha dentro da água e liga o motor pra ver que tormento dá na sua cabeça, pode arrebentar sua cabeça, por isso com o barulho eles foram pra um lugar bem longe. O bicho d'água acho que não existe mais nesse lugar, não existe por causa do assoreamento do rio e pelo barulho. O assoreamento das margens foi arrasando o rio onde eles moravam. Sabe, então cai hoje um barranco eles vão se mover pra um lugar de silêncio e fundo. Não é que eles acabaram, eles se moveram pra outro lugar (Moradora, 39 anos).*

Os mitos, tabus, rituais fornecem exemplos de mecanismos de internalização cultural e suas regras limitam a exploração dos recursos naturais, ou seja, ajudam na interpretação do ambiente de forma adequada, quando essas tradições são fortes e se mantém, as pessoas simplesmente praticam sua cultura, portanto os mitos reforçam a coesão da comunidade, pois neles, o direito ao recurso e sua gestão estão vinculados (BERKES et al, 1998).

Para locomoção no rio, 21,05% (4) das famílias possuem barco com motor, 10,52% (2) barco de alumínio sem motor, enquanto que para 68,42% (13) a canoa tradicional (Figura3), é o único meio de locomoção ligada às suas origens culturais e desempenha um papel fundamental na interação com o ambiente pantaneiro.



**Figura 3:** Meios de locomoção da comunidade da Barra de São Lourenço.

Apesar de hoje estar sendo limitada, a canoa já se constituiu um dos principais instrumentos utilizados na pesca, e uma das melhores alternativas de transporte para a população ribeirinha, construída de uma única madeira escavada, ao modo indígena, estando entre as melhores madeiras para fazer canoa a ximbuva (*Enterolobium contortisiliquum*), o cambará (*Vochysia divergens*), a piúva (*Tabebuia* sp.) e o cedro (*Cedrela* sp.), visto que são madeiras fáceis de talhar e leves de conduzir (DA SILVA e SILVA, 1995).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade tradicional ribeirinha Barra de São Lourenço é formada por pessoas que vivem durante anos na região e há gerações, numa dinâmica de vida marcada pelo ciclo das águas. E ainda, se reconhecem como ribeirinhos/pantaneiros inseridos no bioma Pantanal, com forte sentimento de pertença ao lugar, pois não se consideram dissociados desse lugar, onde a natureza é parte integrante das ações praticadas e refletidas no cotidiano.

É nesse espaço que as pessoas se constituíram como autores e atores sociais, formando um conhecimento ecológico tradicional – tradição intelectual sobre o ambiente resultado de uma estreita e longa relação de subsistência – construído dinamicamente e em interação contínua com o ambiente. Embora, a pressão do turismo da pesca esportiva e profissional sofrida pela

comunidade esteja fazendo com que atividades de subsistência percam espaço para atividades comerciais.

Enfim, é pertinente ressaltar que os saberes dessas comunidades continuem sendo estudados, sempre na perspectiva de valorizá-los e, também inseri-los na gestão para a conservação da biodiversidade no PARNA Pantanal, uma vez que vivem em seu entorno. Mais ainda, que a justiça social, conservação e valorização da cultura dessas populações humanas sejam sempre um ideal e não uma retórica.

Os resultados obtidos nesta pesquisa integram o projeto Ecoturismo Participativo no PARNA Pantanal executado pelo Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal (ECOPANTANAL), cuja direção está na valorização do CET das comunidades e inclusão das mesmas no desenvolvimento do ecoturismo no PARNA Pantanal.

## **ENVIRONMENTAL EDUCATION: A TRADITIONAL COMMUNITY PRACTICE AROUND THE PANTANAL MATO-GROSSENE NACIONAL PARK**

### **ABSTRACT**

Traditional communities living in the Pantanal Mato-grossense have settled in the few spaces available to them through local movements, and spontaneous or induced by oral transmission of traditional knowledge and management strategies of occupation of the territory, ie the formal education. To learn how the community of Barra de São Lourenço, located around the National Park of the Pantanal interact with the environment, and the resulting practice of the same relations were semi-structured interviews including a survey of social and economic data of households and participant observation conducted in six visits duration the field with 10 days each, between August 2009 and September 2010. Both communities are formed by people born and raised in the region. Live in the community of São Lourenço about 77 residents in 19 households consisted of people who were born and raised in the region, the pace of the hydrological cycle of the Pantanal biome driven by the transmission of knowledge. The interaction with the wetland environment is strongly marked by economic ties, social, and ecological and cosmological knowledge accumulated, reinterpreted and transmitted orally in informal actions and daily practices.

**Keywords:** Pantanal. Interaction with the environment. Transmission of knowledge.

### **REFERÊNCIAS**

ADÂMOLLI, J. O Limite Sul do Pantanal. In: III Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Os desafios do Milênio de 27 a 30 de novembro de 2000. *Anais...* Corumbá MS.

- BANDEIRA, M. de L. e FREIRE, O. **Antropologia**. Cuiabá: EdUFMT, 2006, 108p.
- BARROS, M. **Memórias inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008, 159p.
- BERKES, F.: COLDING, J. e FOLKE, C. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. In: BERKES, F. & FOLKE, C. **Linking Social and Ecological Systems - Management Practices and Social Mechanisms for Building Resiliency**. Cambridge University Press, 1998.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília. 2007.
- COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: Comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos, Editora Hucitec, São Paulo, 2000, p. 225-256.
- CRUZ, S. F. de O.; ROBELO JÚNIOR, F. História da ocupação e comunidades ribeirinhas: resgatando conhecimentos tradicionais. In: FIGUEIREDO, D. M. de; SALOMÃO, F. X. de (Org.). **Bacia do Rio Cuiabá**: uma abordagem socioambiental. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2009.
- DA SILVA, C.J. & SILVA, J. **No ritmo das águas do Pantanal**. NUPAUB, São Paulo, 1995. 210p.
- DA SILVA, C.: VIANA, I. G.; PINHO, C. R. S. de: GALDINO, I. da S. N.; BANDEIRA, A.F. Comunidades tradicionais pantaneiras In: SANTOS & GALBIATI (Org.). **Gestão e educação ambiental**: água, biodiversidade e cultura. v.1. São Carlos: RiMA Editora, 2008. p. 321-338.
- DIEGUES, A.C. **Etnoconservação**: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, 2000. 290 p.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.
- DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A.C. & VIANA, V. M (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2004. P. 9-21
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GUARIM NETO, G. O saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, v.17. p. 71-89, jul. dez. 2006.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 323 p.
- HARRIS, M. B.; TOMAS, W. M.; MOURÃO, G; DA SILVA, C. J.; GUIMARÃES, E.; SONODA, F.; FACHIM, E. Desafios para proteger o Pantanal brasileiro: ameaças e iniciativas em conservação. **Megadiversidade, Conservação Internacional do Brasil**. v. 1, n. 1, jul. 2005. p.156-164.

LEITE, M. C. S. **Águas encantadas de Chacororé**: natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal. Cuiabá: Cathedral Unicen Publicações, 2003.

LIBÂNEO, C.J. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 208p.

LUDKE, M. & ANDRÉ. M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1998. 99p.

PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

SILVA, V.C. da. Imagens e delineamento histórico da pesca. In: FIGUEIREDO, D. M. de; SALOMÃO, F. X. de (Orgs.). **Bacia do Rio Cuiabá**: uma abordagem socioambiental. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2009. p. 51-60.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TOCANTINS, N. **Parque Nacional do Pantanal**: complexidade a ser conhecida. In: ROSSETTO, C.C.; BRASIL JUNIOR, A.C.P. (Org.). **Paisagens Pantaneiras e sustentabilidade ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002.

TOLEDO, V. M. e BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31-45, jul/dez. 2009.

Recebido em 21 de junho de 2012. Aprovado em 20 de outubro de 2012.